

JERÔNIMO DE VIVEIROS:

Sobre o modo de viver e o método de escrever a *História do Comércio do Maranhão*

Antonia da Silva Mota
Departamento de História – UFMA

Nivaldo Germano
Mestrando em História Social - UFF

Resumo

Análise da obra *História do Comércio do Maranhão*, do historiador Jerônimo de Viveiros. Abordamos a posição social do autor e brevemente seu histórico familiar, além do contexto no qual a obra foi escrita. Publicação encomendada pela Associação Comercial do Maranhão em 1950, e construída ao longo de 14 anos, o texto inovou, à época, ao apresentar a dinâmica econômica do Maranhão – da colônia à república – em recortes temáticos, com estilo de escrita leve, talvez pelo público alvo, principalmente as pessoas ligadas ao comércio e a sociedade em geral. Por outro lado, resultando de uma conjunção entre a história familiar e visão conservadora de mundo do autor e dos interesses ideológicos de quem encomendou, a obra construiu um passado grandioso do Maranhão, além de sofrer com deficiências metodológicas, se considerada a produção historiográfica (inter)nacional naquele período. Todavia, o autor e a obra mantêm o seu lugar e importância na produção historiográfica maranhense.

Palavras-chave: Historiografia, História do Comércio, Maranhão.

Abstract

Analysis of the work *História do Comércio do Maranhão*, from historian Jerônimo de Viveiros. We've approach the autor's social position and briefly his family history, yonder context in which the work was written. Publication commissioned by Commercial Association of Maranhão in 1950, and constructed along 14 years, the text breaks new ground at the time by presenting the economic dynamics of Maranhão – from colony to republic – in scrapbook theme, style of writing with light, perhaps by target audience, people mainly related to trade and society in general. On the other hand, resulting from a conjunction between family history and conservative view of the world of the author and ideological interests of those who commissioned the work, it invents a great past of Maranhão, and it suffers with methodological shortcomings, if is considered the historical production (inter)national at the time. However, the author and the work keeps its place and importance in the historical production of Maranhão.

Keywords: Historiography, History of Commerce, Maranhão.

A História do Comércio do Maranhão é uma obra de referência regional, traça um panorama da dinâmica econômica no Estado, desde a Colônia até o Estado Novo. A obra foi encomendada pela Associação Comercial na década de 1950 ao então renomado historiador Jerônimo de Viveiros.

Neste brevíssimo artigo, procuraremos traçar as linhas gerais desta vasta obra, de modo a contribuir para a abrangência da coletânea de que faz parte. Com isso, o leitor verá uma abordagem ampla, mas pontual sobre um intelectual de renome regional e sobre uma, seguramente a maior, dentre as suas várias produções.

O presente texto funciona como um mecanismo de memória historiográfica junto ao conjunto de que faz parte no resgate de uma produção intelectual antiga, pouco conhecida e pouco valorizada atualmente. Para os pós-modernos, trata-se de uma invenção dos autores sobre aquela obra. Uma leitura, talvez, enviesada. De qualquer modo, a análise seguinte nas próximas páginas tem como eixo a história social dos intelectuais e, mais especificamente, a história da história (historiografia), a partir de uma produção individual: conteúdo, composição teórico-metodológica, projeção acadêmica e/ou social, inserção no arsenal historiográfico regional e, quiçá, nacional. Para tanto, nossa exploração se dará pela análise do discurso ali presente, porque sendo obra encomenda por um órgão muito interessado na sua própria história (Associação Comercial do Maranhão) ou na dos seus antecessores (os comerciantes), não apresentaria seus defeitos e malfeitos. A análise do discurso é mais eficiente ainda se o objeto de estudo e a fonte de investigação tratam-se da mesma coisa, o texto publicado por Jerônimo de Viveiros e sua confrontação com elementos internos e externos ao próprio livro: vida pessoal e Associação Comercial do Maranhão.

O modo de viver

Jerônimo de Viveiros nasceu em 1884 e tem sua origem ligada a uma próspera família de proprietários rurais e comerciantes de Alcântara, cidade vizinha a São Luís, onde também mantinham seus negócios. Entre os Viveiros estão grandes comerciantes, proprietários rurais com título de nobreza e principalmente políticos do Estado imperial brasileiro. Os membros proeminentes de sua família estiveram sempre ligados ao Partido Conservador, o que deve ter direcionado sua formação.

Segundo Mílson Coutinho, o Barão de São Bento Francisco Mariano de Viveiros Sobrinho é descendente do entroncamento de várias famílias importantes no Maranhão no período colonial, tais como os Mendes, Furtado de Mendonça, Sousa, além dos próprios Viveiros. O Barão era avô do nosso historiador. Os Viveiros se estabeleceram na Vila de Alcântara em 1780 quando o filho de Francisco de Viveiros, Alexandre José de Viveiros migrou do lugar de Relves, cidade de Ponta Delgada, no Bispado de Angra em Portugal para o Maranhão, onde se casou com Francisca Xavier de Jesus Sousa (ramo dos Furtado de

Mendonça). Construiu fortuna, tornando-se senhor de terras, escravos e engenho. Progenitores de Jerônimo José de Viveiros, senador do Império do Brasil e casado com Ana Rosa Mendes Viveiros. Progenitores de Francisco Mariano de Viveiros Sobrinho, barão e deputado provincial e geral, além de fidalgo e cavaleiro da Casa Imperial, casado com Mariana Francisca Correia de Sousa. Progenitores de José Francisco de Viveiros, deputado provincial, Ana Rosa de Viveiros e Jerônimo José de Viveiros. Este último casado com Maria Francisca de Viveiros: progenitores do historiador Jerônimo de Viveiros (COUTINHO, 2005, p.314).

No final do século XIX, quando Jerônimo nasceu, todas estas famílias estavam entrando em falência e perdendo importância no cenário político-social, inclusive a sua. Ficou órfão de pai aos dois anos de idade, tendo sido criado em ambiente extremamente conservador: estudou no Liceu Maranhense e ingressou no curso de Direito no Rio de Janeiro, do qual desistiu para retornar a São Luís para cuidar e acompanhar sua mãe adoentada. A esta altura, a situação financeira familiar estava crítica, forçando-o a trabalhar, o que o fez decidir pela carreira do magistério aos 22 anos de idade, tornando-se professor de História Universal no Liceu Maranhense; depois chegou a Diretor da Instrução Pública e da Imprensa Oficial do Estado. Foi historiador pela prática e não por formação.

Todavia, mais tarde, suas posições políticas durante o Estado Novo acabaram por indispor-lo com as autoridades no governo do Maranhão, sendo exonerado dos cargos que ocupava em 1937. Em conturbadas condições financeiras, mudou-se novamente para o Rio de Janeiro, ingressando nos quadros do Colégio Pedro II, onde lecionou por dez anos. Quando do seu retorno a São Luís, pouco tempo depois foi empossado (1950) na cadeira de número 08, patronada por Gomes de Sousa, na Academia Maranhense de Letras.

A contribuição de Jerônimo de Viveiros à historiografia regional foi significativa, tendo colaborado com Astolfo Serra na escrita da *Balaiada*, também escreveu artigos especializados sobre a indústria canavieira, biografias de Gonçalves Dias e Celso Magalhães, Ana Jansen, e também a obra *Quadros da Vida Maranhense*.

Intelectual prestigiado na década de 1950, a Associação Comercial do Maranhão o encarregou de escrever a *História do Comércio do Maranhão*, na qual traçou um panorama da dinâmica econômica no Estado, ressaltando a participação dos setores produtivos ligados ao comércio. Era um momento de intensos embates políticos no Estado, em que aqueles ligados ao comércio tentavam firmar sua posição, e nada como a história para legitimar situações, posições e interesses de uns em detrimento de outros – essa é aceção que não caduca... A ocasião se deu

pelas comemorações do centenário da Comissão da Praça, em 1954. Assuntos econômicos e/ou comerciais estavam na moda entre os escritores de todos os tipos no Maranhão de meados do século XX, pois a maioria dos intelectuais descendia de famílias enobrecidas da terra e de comerciantes locais, tal como o próprio Jerônimo de Viveiros. Na obra, dedica algumas páginas a alguns de seus ilustres antepassados, no que o leitor comum nota facilmente um engrandecimento e uma exaltação da glória de outros tempos, e o mais douto constata reminiscências da ideologia da decadência, mesmo compartilhada por outros intelectuais maranhenses mais antigos. Jerônimo de Viveiros deve ter sido muito bem remunerado pela sua produção, todavia, não é possível saber o valor do seu prêmio.

O método de escrever a *História do Comércio do Maranhão*

Três volumes, separado dez anos o terceiro dos dois primeiros, cada um com um conteúdo, um tempo e um modelo diferente. Neste tópico, procuraremos expor a estrutura textual, gráfica e estética de modo quantitativo e geral da obra e o estilo de escrita do autor. Notar-se-á suas principais características: indistinção entre história e literatura; a representação dos comerciantes; o engrandecimento do passado (colonial) do Maranhão; a justificação do tráfico escravo; o comércio do Maranhão em números; a inserção da própria Associação Comercial na narrativa; a história recente e suas implicações políticas contemporâneas, a posição pessoal e profissional do autor nesse contexto; o lugar da obra na historiografia maranhense.

Os dois primeiros volumes, publicados em 1954, compreendem a história do comércio desde a fundação francesa de São Luís em 1612 até 1855 (volume 01, com 23 capítulos) e de 1850 até 1895 (volume 02, com 38 capítulos), quando do fim do Império do Brasil. O terceiro volume (com 16 capítulos), publicado dez anos depois, em 1964, retoma a história do comércio do Maranhão a partir de 1896 até o Estado Novo. Os três volumes originais, com os quais trabalhamos, reúnem cerca de mil e quinhentas páginas.

Jerônimo Viveiros inova, à época, na composição da narrativa, afastando-se da exposição calcada na sucessão dos governos e regimes, apresentando temas que lhe pareceu se destacavam no contexto de que tratava. Por exemplo: “O escambo franco-indígena. A França Equinocial e o seu comércio” ou “A mercadoria negra”. A obra, em seu conjunto segue uma cronologia, vai da colônia ao Estado Novo, mas cada capítulo pode ser lido separadamente, à maneira de fascículos, pois foram escritos com leveza e simplicidade. Muito provavelmente, o texto foi sendo produzido aos poucos, nos intervalos permitidos por suas atividades de professor.

O conteúdo revela as leituras que fundamentaram o texto: Rocha Pombo, Caio Prado Júnior, Nelson Sodré, Visconde de Porto Seguro, Roberto Simonsen, Alexandre de Gusmão, Maurício Goulart, Oliveira Martins, Gilberto Freire, João Lúcio de Azevedo, etc. Foram poucos, para o tamanho da obra, os autores citados, e mesmo assim, apresenta uma leitura superficial dos mesmos; servem mais para “enfeitar” a narrativa, sem que o autor da *História do Comércio do Maranhão* jamais se aprofunde nos direcionamentos de investigação que alguns destes autores já apontavam naquele período. Possivelmente, não lhe interessava fazer isso.

Viveiros constrói seu texto fundamentado em outros autores, entremeando pobremente sua narrativa com documentos – cartas régias, provisões, ofícios, relatórios dos presidentes de província etc., aquelas mais usadas entre os historiadores da época, garimpadas nos arquivos das Secretarias de Estado ou da Biblioteca Pública. Cita-os para comprovar o que diz e não sugere nem aprofunda qualquer crítica ou análise. Cita também alguns anais da Biblioteca Nacional do Brasil e Revistas do IHGB. Não se trata de um estudo fundamentado em fontes documentais de época, pois a maior parte das vezes cita dados já apresentados por outros autores, na forma seguinte: “a navegação e o comércio estavam nas mãos da Inglaterra. Comprovam-nos os dados seguintes, colhidos por Henri Koster, quando por aqui passou”, então apresenta os dados. (Vol. 1, p. 125). Mais à frente, na mesma página diz: “No tocante ao algodão, principal produto de nossa economia, Spix e Martius nos oferecem estes dados...”. Desta forma vai compondo seu texto, compilando informações coligidas de outros autores, com o cuidado de recortar apenas os dados referentes às atividades econômicas, interesse maior da obra encomendada. Sendo que seu recorte se limitou às transações ligadas ao comércio externo, o aspecto mais interessante que se tinha da economia na época.

Viveiros cita inúmeros jornais, tais como O Conciliador, O Publicador Maranhense, Crônica Maranhense, Estrela do Norte, A Imprensa, Flexa (sic), etc., transcrevendo para seu texto “manifestos” de exportação e importação, anúncios, artigos, folhetins e até mesmo gravuras destes periódicos.

O autor também se utiliza de obras de ficção, das quais transcreve inúmeros trechos. É interessante observar a maneira como ele trabalha estas fontes tão diversas, sem fazer nenhuma distinção entre as mesmas, quais sejam trabalhos jornalísticos, científicos, econômicos ou mesmo literários. Da mesma forma com que no primeiro volume transcreve por longas oito páginas os mapas de produtos exportados nos diversos meses de 1788, compilado da obra de Raimundo de Sousa Gaioso, assim também no terceiro volume de sua *História do Comércio do Maranhão*: em seis páginas inteiras, transcreve enormes trechos do romance *Galhos de Cedro*,

da romancista maranhense Maria da Conceição Neves Aboud. Segundo Viveiros, a autora “descreve, com nitidez e colorido, a vida tormentosamente heroica do imigrante libanês” e “tem como personagem central a figura real da libanesa Nabira, a fundadora do ramo maranhense da família Aboud” (p. 152 a 158). Isso não é romantismo histórico, nem história romântica: talvez o tenha feito com intuito ilustrativo, mas não deixou isso claro. Além desta, cita Gregório de Matos e Aluizio De Azevedo, por exemplo. Isso demonstra um descompasso teórico do autor com relação à produção historiográfica (inter)nacional, na qual a discussão sobre o caráter científico da história e sua distinção da literatura estava definida, em tese. Os *Annales* que o digam. Mas, embora não houvesse certo “atraso”, contudo, havia um relapso acompanhamento da produção historiográfica. Na aba da capa do segundo volume, Clodoaldo Cardoso afirma, sobre Viveiros: “o estudo dos acontecimentos históricos despertou-lhe profundo interesse pela ciência de Toynbec (sic), interesse que não mais o abandonou”. Ora, esse citado é Arnold Joseph Toynbee, historiador britânico seu contemporâneo, autor de *A Study of History*, uma tese monumental de doze volumes sobre a história das civilizações.

Viveiros cita inúmeros artigos de jornais, contos, romances, sonetos, etc. Fica claro que para ele não havia diferença – ou ele sistematicamente a ignorou, porque ele tinha conhecimento da produção internacional à época – entre uma boa prosa e o relato histórico, entre os escritos jornalísticos e o dos historiadores, pois no seu texto estes escritos entremeiam a narrativa sem nenhuma crítica ou distinção. Não são poucas as citações, ou mais precisamente, transcrições de obras literárias ao corpo do texto, cujo conteúdo é simplesmente disposto como se o poema ou a prosa citada contemham história ou fossem fontes. É claro que toda a produção literária tem história e representa uma coisa ou outra da realidade, mas não é um texto histórico, porque não foi feito por um historiador, muito menos com intenção histórica. Porque é muito diferente um *texto que contém* de um *texto que tem* história. Os textos literários têm história e são estudados atualmente segundo parâmetros teórico-metodológicos da ciência histórica recente, o que é muito diferente do que Viveiros fez em sua *História do Comércio do Maranhão*.

Na apresentação da obra, Clodoaldo Cardoso se refere a Jerônimo de Viveiros como “consagrado historiador”, “profundo conhecedor das coisas do passado”. O que significaria para os intelectuais daquela época, no Maranhão, ser historiador? O que distingue sua produção do romancista, ou dos que escreviam em jornais? O que se deduz é que historiador seria aquele que escrevia na longa duração, diferente dos articulistas que se detinham no eventual, nos fatos do dia-a-dia. Os objetivos dos primeiros eram mais amplos, diferente dos romancistas que se voltavam para trajetórias individuais ou sagas familiares. Historiadores desenvolviam grandes

temas. Retomando Clodoaldo Cardoso, em “Nota Preliminar” do primeiro volume, diz que a missão do autor seria apresentar “a magnífica obra de civilização realizada pelos homens do comércio, desde os tempos da dominação francesa até os dias os nossos dias” – lembremo-nos de Toynbee, sem nenhum exagero. Deter-se sobre grandes temas na longa duração, seria isto o que definiria a escrita do historiador: é o que se depreende da leitura da nota introdutória da *História do Comércio do Maranhão*.

Suas fontes regionais foram os cronistas Simão Estácio da Silveira, Betendorf, Lúcio Koster, Spix e Martius, Azevedo, César Marques... Assim como Raimundo Gaioso e João Francisco Lisboa. Estes dois últimos vão além do relato e arriscam análises mais aprofundadas. Novamente, percebemos a leitura apressada de Viveiros destas obras, citando-as para ilustrar suas observações tendenciosas sobre o assunto. Apontamos como exemplo o texto do capítulo “Os grandes comerciantes e lavradores portugueses...” (Vol. 1, p. 163), em que cita um artigo do jornalista e historiador João Francisco Lisboa, escrito na “Crônica Maranhense”. O artigo de Lisboa expõe as mazelas dos grandes comerciantes atacadistas, que manipulavam os cofres públicos ao seu favor, corrompendo funcionários públicos e governantes, com **propinas** e bajulações. Viveiros utiliza este artigo como fonte, mas se limitou a transcrever os trechos em que o jornalista condena as práticas de determinado comerciante, o Comendador Meireles, deixando entender que são práticas daquele indivíduo em particular e não da “classe dos comerciantes”, terminado por compor sua narrativa sobre estes com elogios aos “homens da produção” à época: José Gonçalves da Silva, Simplício Dias, Lourenço Belfort, José Antônio Gomes de Sousa. Para o autor, “figuras nababescas”, “opulentos”, “notáveis”, estes são tidos como pessoas nobres, de caráter ilibado. Viveiros reproduziu representações feitas pelos próprios comerciantes enriquecidos, por membros de suas famílias ou por jornalistas tendenciosos, omitindo práticas perversas e ilegais, comuns entre os grandes negociantes, entre agentes sociais que dominavam o comércio através de práticas, a maior parte das vezes, condenáveis, do ponto de vista humano daquela época mesmo.

Clodoaldo Cardoso, ainda em sua *Nota Preliminar* ao primeiro volume, sentencia que “os homens da produção semeiam e os estadistas colhem”. Note-se aqui uma clara recusa dos méritos dos governantes, atribuindo-se o bem da história aos “homens da produção”, quais sejam os comerciantes. Afinal, era com os governantes que a Associação Comercial estava defrontando por aquele tempo: não fazia sentido atribuir-lhes qualquer mérito.

Um ponto interessante de sua obra é a exaltação das glórias econômicas do passado maranhense e o engrandecimento de pessoas e situações. Os termos “grandes”, “grandioso (a)”

são repetidos a todo instante, além do que, o autor apresenta e retoca nos detalhes e nas generalizações tudo de bom do passado do Maranhão, de seus habitantes, governantes civis e eclesiásticos, e principalmente dos comerciantes. Era uma terra quase perfeita, povoada por gente do melhor ânimo, sendo os insucessos rapidamente tocados com resignação. Não queremos dizer com isso, que o autor não acertou em cheio em muitos pontos positivos da história que contou, apenas exagerou em alguns. Por exemplo, ao tratar da pobreza do local:

Mas é verdade, também, não se encontrar outra explicação para tal *inércia* por parte da Coroa, a qual manteve a conquista em *extrema penúria*, nos seus primeiros anos.

O padre Antônio Vieira *estereotipou magnificamente esta penúria*, quando disse, em carta a El-Rei: “Em todo o Estado, exceto a capital, não há açougue, nem ribeira, nem horta, nem tenda, onde se vendessem as coisas usuais para o comer ordinário, nem ainda um arrátel de açúcar, com que se fazer na terra.” (p. 22) (Grifos nossos).

A pobreza era causada pela ação ineficaz da Coroa ou dos governantes gananciosos que, como cita à página 42 do primeiro volume, se apossaram de todo o comércio de *grosso trato*, deixando o comércio de retalhos para os verdadeiros colonos locais, que mal podiam sobreviver desta prática. Ao tratar da presença holandesa no Maranhão:

...os engenhos de açúcar *aglomeravam-se* numa única zona – o Itapecuru. Procurou *corrigir esse erro*, depois da expulsão dos holandeses, a provisão do rei de Portugal, datada de 3 de novembro de 1681 [...] A medida foi *producente*, pois com ela *dilatou-se* a região açucareira do Estado. (p. 34) (Grifos nossos).

Ao longo da exposição, o autor encaminha a construção da imagem dos comerciantes, tal como salientada por Clodoaldo Cardoso. Os comerciantes são os benfeitores, os semeadores, os responsáveis pelo enriquecimento local, que, aliás, foi experimentado mais expressivamente no período da Companhia de Comércio pombalina. A maioria da população local lucrou algo com aquela empresa, mas as grandes famílias, senhoras das terras produtivas de arroz e algodão é que de fato se deram bem, pois segundo expõe no capítulo dez do primeiro volume, o Marquês de Pombal “dignificou” a classe dos comerciantes com o monopólio gerado pela Companhia. Mas por aquele enriquecimento local na segunda metade do século XVIII, quem havia levado os méritos foi o marquês. Hoje, obviamente, esta visão de “méritos”, “bem-feitos” e “dignidades” está ultrapassada. Houve oportunidades, movimentos administrativos necessários ao interesse da Coroa portuguesa no mercado internacional e o algodão do Maranhão foi usado e comercializado com a Inglaterra, dos quais saiu ganhando a Coroa e quem mais soube aproveitar-se do monopólio comercial, fossem os moradores locais ou os negociantes de Lisboa. Esse engrandecimento do passado nada mais é do que um mecanismo de legitimação da atuação dos comerciantes, mas, por outro lado, era um mal comum na época, reminiscência da ideologia da

decadência, que pressupunha que os tempos passados tivessem sido melhores do que aqueles vividos contemporaneamente.

Interrogamo-nos até que ponto o historiador Viveiros poderia apresentar uma versão mais ampliada e substancial dos fatos, tendo que dar conta de uma obra encomendada, com prazo de entrega! Afinal, Viveiros era um homem do seu tempo, com os preconceitos característicos de indivíduos em sua posição social. Assim, por exemplo, no capítulo intitulado “A mercadoria negra”, inicia sua exposição defendendo a posição portuguesa:

Não se pode com justiça acusar Portugal por haver introduzido a escravidão negra nas suas colônias da América, porque, naqueles tempos, todas as nações a consideravam instituição legal. [...] Se foram os inventores, é que lhes fazendo a sorte donos do litoral da África e de boa parte da América tropical, tiveram ao seu dispor a produção e o consumo, a mercadoria e o mercado. Qualquer outro país, com igual sorte, não recusaria a patente do invento. (p. 81)

Feita esta cínica defesa do “nefando comércio”, Viveiros passa aos dados quantitativos sobre o tráfico, declinando preços, agentes do negócio, que ele diz terem sido “em sua maioria baianos e pernambucanos, que dessa profissão se apossaram, aproveitando-se do descuido dos comerciantes da metrópole”. Ressaltou que “do Maranhão não há notícia de que alguém houvesse explorado o negócio dos tumbeiros” (Vol. 1, p. 87). “O outro problema que apresentamos – o de precisar a população africana importada pelo Maranhão – é de mais difícil solução” (Vol.1, p. 86). “Contudo, aventamos estes dados: 3 000 antes de 1755, 12 000 no período da Companhia de Comércio (1756-1777) e 15 000 até o fim do século XVIII. Teremos assim 30 000 ao começar da centúria seguinte” (Vol. 1, pp. 86, 87). Apresentou os dados que lhe vieram à mão, os quais citou em diversas passagens de sua narrativa. Impressiona como Viveiros relativizou a dura realidade escravista, sendo tendencioso sobre um dos principais negócios dos proprietários maranhenses, na colônia e no império.

Até aqui falamos de dados, dos quais especificamos apenas um tipo, aquelas informações fundamentais ao sentido geral da história que Viveiros nos conta, coletadas de outros autores. Mas, além disso, é interessante e importante também conhecer os dados necessariamente quantitativos desta história do comércio no Maranhão. Apresentou os números do comércio como pôde, preferencialmente o comércio dos grandes, de *grosso trato*. Como dito, o recorte se fez privilegiando o comércio externo, com outras províncias e, sobretudo, o internacional, principalmente com a Inglaterra no século XVIII, mediado por Portugal e diretamente no século XIX. Na tabela seguinte procuramos as referências aos números, de entradas e saídas de valores financeiros no Maranhão, correspondentes à exportação e importação, respectivamente.

ANO	MOTIVO	ENTRADA	SAÍDA	REFERÊNCIA
1777	Preço de escravo (peça)	-----	85\$500 por peça adquirida	Vol. 1, p. 86
1780- 1788	Exportação de diversos produtos	686 746\$000	-----	Vol. 1, p. 102
1792- 1795	Balança Comercial (Favorável)	3 731 167\$932	839 825\$130	Vol. 1, pp. 102,103
1800- 1801	Importação	-----	2 193\$033 1 566 769\$351	Vol. 1, p. 113
1812- 1820	Balança Comercial (Favorável)	23 986 769\$000	20 600 638\$000	Vol. 1, pp. 126,127
1842	Preços correntes de exportação e importação de diversos produtos	Variação de \$140 a 80\$000.	Variação de \$125 a 120\$000.	Vol. 1, pp. 156- 159
1845- 1848	Balança Comercial (Desfavorável)	2 018 251\$533	2 184 732\$000	Vol. 1, pp. 288,289
1848- 1851	Balança Comercial (Desfavorável)	2 227 918\$932	2 448 606\$147	Vol. 1, pp. 288,289
1851- 1854	Balança Comercial (Desfavorável)	1 858 920\$644	2 519 466\$007	Vol. 1, pp. 288,289

FONTE: *História do Comércio do Maranhão*, Vols. 1,2 e 3, edições originais.

Como se vê, os números são escassos frente ao tamanho da produção e as referências que Viveiros faz são incompletas, faltando séries correspondentes entre vários anos. Em geral, retirou esses dados de outros trabalhos, raramente citando documentos originais, senão cartas e ofícios dos governadores. Além destes números, há outros, não financeiros, sobre o comércio externo do Maranhão, mas tratando do seu vulto produtivo. No segundo volume da obra, às páginas 421 e 422, Viveiros apresenta duas tabelas demonstrativas da produção de algodão e açúcar, entre o ano 1851 e 1882: entre cerca de 30 000 e 80 000 sacas de 95 quilos de algodão e entre cerca de 5 000 e 260 000 sacas de 60 quilos de açúcar. No terceiro volume, à página 3, nos apresenta a produção de algodão de 1889 a 1908, entre cerca de 10 000 e 50 000 sacas, sem especificar o peso. Neste mesmo volume, à página 25 apresenta tabela do “Comércio Internacional do Maranhão”, com demonstrativos de 1901 a 1917: as exportações renderam uma

média anual três vezes menor do que 6 080 456\$000, valor correspondente ao ano de 1917; já as importações flutuaram entre 4 821 000\$000 e 9 986 000\$000, cujo quadro evidente é de balança desfavorável. À página 28, apresenta tabela dos preços correntes em 1890 entre os produtos nacionais e estrangeiros, com raras cotações ultrapassando a casa do milhar; o mesmo nas páginas 229-231. Além disso, os números a que se refere no segundo volume, entre as páginas 321 e 330, tratam do “impostômetro” defeituoso do governo entre os anos de 1938/39, que prejudicava, segundo disse, aos comerciantes.

O último ano da tabela acima marca o início das atividades da Comissão da Praça, da qual a Associação Comercial do Maranhão é herdeira direta. Sobre aquela disse no capítulo que lhe dedicou: “Nas atitudes da Comissão da Praça a nota predominante foi sempre a mais absoluta e irrestrita solidariedade aos membros do corpo comercial maranhense” (Vol.2, p. 439). A Comissão foi administrada por vinte diretorias, de 1854 até 1878, cuja última havia sido empossada um ano antes (Vol. 2, pp. 447-452). Sempre lembrando os nomes, Viveiros aponta que uma nova diretoria tomou posse em 28 de fevereiro de 1878, fundando-se, assim, a Associação Comercial do Maranhão (Vol. 2, p. 455).

As datas de publicação dos dois primeiros volumes (1954) e do terceiro (1964) marcam, respectivamente, o aniversário do centenário e do centésimo décimo ano da Comissão da Praça. É quase natural a presença da própria instituição na história contada, principalmente da Associação Comercial, porque contar a história do comércio do Maranhão significa também contar a história dos comerciantes, como o fez, e do que os representa, a Associação. “Entretanto, ia o novo órgão representativo do comércio agir num ambiente sobremodo carregado de apreensões, profundamente sombrio” (Vol. 2, p. 455). Isto causado pela precariedade produtiva em que se encontrava a lavoura regional, com uma dificuldade a mais arrumada pelo governo, pouco preocupado com o estado periclitante da agricultura, segundo disse (p. 460). É neste período que se manifesta amplamente uma depressão ideológica no Maranhão, na famigerada “ideologia da decadência”. De 1878 a 1954, foram eleitas 66 diretorias para a Associação Comercial, das quais seis foram presididas ininterruptamente por João Alves dos Santos (1902-1907) e depois por mais três vezes, entre 1912 e 1915. Foi sucedido e superado por José João de Sousa, que presidiu 16 diretorias, entre 1916 e 1934. Quando da publicação da obra em 1954, Arnaldo de Jesus Ferreira encerrava seu nono mandato na presidência da Associação, exercido desde 1946 (Vol. 2, p. 473-495).

Sempre elencando as benfeitorias dos seus administradores, justificando e legitimando a ideia de que o progresso local era devido à atuação dos comerciantes, em detrimento dos

governantes, desde os primeiros anos de atividade, ainda no período colonial, intensificado pela Companhia de Comércio pombalina, e agora dirigido pela Associação Comercial do Maranhão, Viveiros não poderia, injustamente, deixar de fora os seus antepassados que participaram dessa história. Entre as páginas 518 e 519 do segundo volume, imprimiu a fotografia de José Francisco de Viveiros, seu tio, em cuja nota explicativa apontava-o como descendente do Barão de São Bento e proprietário de engenho em Penalva.

Martinus Hoyer, economista e grande empreendedor maranhense, anunciou no jornal “O País”, pelos idos de 1875, que “Para tirar esta Província do estado em que se acha, para salvar o Maranhão, só vemos dois meios: a oferta de capitais, a juro módico e prazos longos, e a introdução de grandes melhoramentos na lavoura”. Em resposta a esta publicação, João Coqueiro, José Francisco de Viveiros e Jerônimo José de Viveiros (pai do historiador) assinaram uma carta endereçada a Hoyer, na qual ofereciam seus serviços à empresa que o economista tentava criar na Província. (Vol. 2, p. 519-551). Apesar do capital ofertado não ser o suficiente para o giro inicial, pois equipamentos (300 000\$000), terras (500 000\$000) e demais despesas (60 000\$000) custavam caro, a produção foi conseguida com relativo êxito: o Engenho Central São Pedro conseguiu uma primeira safra de canas em 1884, com 12 500 toneladas, produzindo 846 801 quilos de açúcar e rendeu 158 contos; a segunda de 16 500 toneladas produziu 1 375 129 quilos de açúcar, e rendeu 243 contos; a terceira em 1886, com 29 500 toneladas, produziu 36 724 sacas de açúcar, com receita de 323 contos; a esta altura, os gastos na produção estavam no limite, além do peso dos altos juros, que se arrastavam e multiplicavam pelo longo prazo: apesar dos números vultosos, os lucros ficaram em 21 contos; para a quarta safra se esperavam 30 000 toneladas, expectativa frustrada com apenas 16 000 devido à seca. Dos 234 contos da venda, 60 foi o lucro, sugados 40 contos pelos juros e demais serviços, de modo que a quinta safra não saiu e a sociedade foi desfeita (Vol. 2, p. 519-551). Isto resultou no que Viveiros chamou de “catástrofe agrícola e loucura industrial” no capítulo XXXVIII do segundo volume.

Aproximando-se a história do tempo de Jerônimo de Viveiros, ficava mais difícil de contá-la, pela decadência recente de sua família, pelos problemas políticos nos quais se meteu na década de 1930, como apontado no início.

No prefácio do terceiro volume, dez anos depois (1964) “Continuando a História”, Clodoaldo Cardoso declara:

Este terceiro volume da “História do Comércio do Maranhão”, aparece oito (sic) anos depois da publicação dos dois primeiros volumes. É que o autor da obra

entendeu, a princípio, ser demasiado cedo para escrever a história de uma época cujos acontecimentos, na sua maior parte, tiveram como protagonistas pessoas que ainda hoje compõem o cenário da vida maranhense.

Realmente, os últimos capítulos do livro ocupam-se de fatos, por assim dizer, de ontem, fatos que se conservam vivos na memória dos prováveis leitores da obra. E essa proximidade, no tempo, sobre nem sempre permitir uma apreciação desapaixonada dos homens e dos eventos em tela, constitui, não raro, motivo de constrangimento para o historiador, o qual se vê, assim, forçado a emitir julgamentos, que não podem ser definitivos, sobre a conduta de personagens ainda atuantes no meio. (Vol. 3, p. 02)

Esses dois parágrafos, escritos com muito cuidado e, certamente, revistos, expressam claramente a tensão entre o historiador, a Associação Comercial e outros agentes políticos interessados em tomar o seu lugar de prestígio e glória na história contada. Viveiros não dispunha mais do vigor da década de trinta, não parecia mais estar disposto a incitar os ânimos de gente poderosa e sofrer perseguição política novamente, na velhice. Só para constar, em 1964, Viveiros completava 80 anos de idade. Muito provavelmente por isso, a obra só conta até o Estado Novo – antes do período conturbado de sua vida pública no Maranhão – e não até a década de 1960, como deveria ter sido. Tal como os dois parágrafos citados, os próprios capítulos que mencionam também revelam todo um cuidado sobre como dizer dos agentes e dos atos envolvidos na história recente que conta no terceiro volume. Afinal, o historiador agora é personagem da história contada.

À página 7 do terceiro volume menciona Fran Paxeco, que citou seu tio José Francisco de Viveiros entre “as principais figuras dessa plêiade de esforçados” na tentativa de “transformar São Luís numa Manchester”. Mas seu tio ainda seria apontado por mais três vezes ao longo do volume, às páginas 88, 90 e 114, respectivamente, como chefe da secção agrícola da construção da Estrada de Ferro Caxias-São José das Cajazeiras, como comprador dos engenhos da Pindaíba e Itabira e como membro da Junta Provisória aclamada no Rio de Janeiro para governar o Maranhão, quando da sua adesão à República, em 18 de novembro de 1889. Naquele ano, nosso historiador tinha cinco anos de idade.

À página 219, em nota de roda-pé, apresenta uma carta recebida por um empresário interessado na extração de óleos vegetais, salientando o progresso daquele negócio. Naquele tempo, Viveiros era secretário do governo. Pela década de 1920, a Associação Comercial saiu vitoriosa de dois conflitos de interesse com particulares e com o governo do Estado: “Ainda em 1926, a Associação Comercial colheu duas grandes vitórias: a do depósito de couros e a revogação do privilégio concedido a uma das fábricas de pilar arroz da Capital” (Vol. 3, p. 223).

Neste terceiro volume, Viveiros trata da economia maranhense no primeiro quartel da República, da crise da lavoura e do comércio regional, do “grande secretário” da Associação Comercial do Maranhão, Fran Paxeco, do estabelecimento da colônia sírio-libanesa no Maranhão, além de expor o “prestígio” da Associação Comercial do Maranhão ao findar a Primeira República e da situação da Associação na era Vargas, iniciada em 1930. São estes três últimos capítulos os mais interessantes do volume.

É evidente que esta situação de abastança das classes produtoras repercutia nas finanças do Estado. Nos exercícios de 914 – 916 – cessaram os déficits. No seguinte, há um saldo de 1 314 100\$000, que passa para o ano financeiro de 917 – 918, cuja despesa orçada em 3 449 722\$000 se eleva a 5 667 114\$000.

A prosperidade do comércio incrementou o prestígio da Associação Comercial, como seu órgão representativo que o era.

Com o prestígio cresceram as atribuições da A.C., o que exigia um boletim de publicidade. De há muito, desde 1908, tentara uma publicação desta espécie, malograda apesar dos esforços de Raul Astolfo Marques, seu fundador e que só a manteve até 1911. Desta segunda vez, porém, a publicação teve longa duração – vinte anos – de julho de 1925 a junho de 1945. (Vol. 3, pp. 220, 221)

A tentativa de publicação de um periódico da Associação demonstra o interesse da instituição em construir uma imagem para si e um mecanismo de preservação de sua memória dali em diante. Surge mesmo uma leve suspeita de que os problemas com o governo fizeram o autor projetar para o passado a visão dos comerciantes. O que não foi feito lá, a *História do Comércio do Maranhão* conseguiu realizar: construir uma imagem e uma história, determinando seus atos, sempre benignos ao lugar, e reservando a um segundo ou terceiro plano o mérito do governo, qualquer que tenha sido ou existido, de modo que a presença da Associação, da antiga Comissão ou mesmo dos comerciantes avulsos que as precederam, parece, num conjunto, muito mais importante do que a administração de quem quer que seja.

Coube ao periódico da Associação anunciar a Intervenção (Vol. 3, p. 249) e colaborar com o Interventor Capitão Antonio Martins de Almeida, empossado em 1933 e para o governo do qual a Associação “concedeu” o Secretário da Fazenda Francisco Franco de Sá Colares Moreira para organizar parte da receita do orçamento para 1934. A partir daí, a Associação constituiu as comissões de comércio importador e exportador, de estivas, joias, drogas, tecidos, retalhos, etc. (p. 251). Mas logo o então diretor Arnaldo Ferreira apresentaria dificuldade ao processo, ficando “um tanto estremecidas as relações entre a Interventoria e a Associação Comercial” (p. 255).

Entretanto, agravava-se a situação do Governo, agora a braços com as reclamações do comércio por causa do aumento do imposto de indústrias e

profissões, motivo aliás para prevenir surpresas deficitárias no orçamento, na incerteza do que produziria o novo tributo [de] vendas e consignações (p. 255).

Na tentativa de rever as decisões sobre o problema financeiro do Estado, em uma nova assembleia, o diretor Arnaldo teria proferido palavras pesadas e ofensivas contra o Interventor Martins de Almeida, que solicitou ao então presidente da Associação, José João de Sousa, verificasse se a diretoria endossava aquele discurso. Ofensas negadas em nova assembleia, finalmente o corpo de membros se opôs à administração do Interventor, gerando uma ruptura entre a Associação e o seu governo. A Interventoria respondeu com prisão àqueles homens, libertos somente depois de alguns bilhetes trocados entre os representantes da Associação do Comércio do Rio e o chefe do governo provisório maranhense. Os efeitos colaterais desse choque tiveram em sua lista a demissão de Jerônimo de Viveiros do governo. Aí termina o terceiro volume.

Considerações Finais

Mesmo com estes deslizes, hoje imperdoáveis – pois é necessário problematizar as fontes, ao invés de simplesmente coligi-las e expô-las – o resultado, o texto do escritor Jerônimo de Viveiros é interessante, é sedutor. Talvez pela clientela que o encomendou: os membros da Associação Comercial, o desenrolar da trama é descomplicado, a narrativa é agradável. Sem pretensões acadêmicas, não se tratava de uma obra para eruditos. Talvez pelo fato de Jerônimo ter sido professor do Liceu, obrigado a ser compreensível a alunos secundaristas, então, sabia escrever para um público mais largo.

E o que aqui chamamos de “deslizes”, uns e outros à própria época já eram defeitos metodológicos, se compreendida a produção historiográfica de então. Ou o autor as desconhecia, ocasionalmente manchando seu prestígio de historiador, ou as ignorou pela encomenda e pelo público alvo. Apesar de tudo isso, a obra tinha um caráter político legitimador e construiu uma imagem para a Associação Comercial do Maranhão e para seus membros. Ainda é interessante notar o silêncio do autor sobre a história recente, limitando-se a estender longamente a narrativa dos últimos fatos triviais da cronologia proposta. O silêncio é também uma arma política, pois, se tratar dos assuntos até 1937 já foi algo constrangedor, segundo Clodoaldo Cardoso, muito mais seria tratar dos problemas nos quais o autor se envolveu pessoalmente, direta ou indiretamente. Poderia incomodar muita gente e gerar dores de cabeça evitáveis. No mais, o leitor pode se perguntar sobre a concepção do autor sobre o comércio, sobre os comerciantes, etc., mas não obterá resposta, porque Viveiros não explanou qualquer conceito afim. Não estamos, com isso, questionando a competência de Jerônimo de Viveiros, apenas pontuando

estes aspectos interessantes. Para a sua proposta, o trabalho obteve êxito, mas não pode tomar o seu merecido lugar na produção historiográfica sem ser depurado dos seus vícios.

Portanto, o modo de viver e o caráter de encomenda influenciaram o método de escrever a obra, bem como os seus limites claramente definidos. Afinal de contas, “a história é filha de seu tempo”, diria Lucien Febvre – “e do seu espaço”, acrescentaríamos. Mas para além disso, o historiador, a despeito da sua competência, sempre sofrerá críticas de seus pares, contemporâneos ou não, pois é assim que se escreve a história.

REFERÊNCIAS

LISBOA, João Francisco. **Crônica Maranhense**. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 1969.

MARQUES, César Augusto. **Dicionário histórico e geográfico da Província do Maranhão**. Rio de Janeiro: Fon-Fon e Seleta, 1970.

Jornal **O Conciliador**, São Luís, 1821 / 1822.

MEIRELES, Mário Martins. **História do Maranhão**. 2 ed. Fundação Cultural do Maranhão, 1980.

VIVEIROS, Jerônimo de. **História do Comércio do Maranhão, 1612-1895**. São Luís: Associação Comercial do Maranhão, 1954. Vols. 1, 2 e 3.